

RECURSO ESPECIAL Nº 1.771.732 - MG (2018/0266831-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : RONILSON BATISTA LEITE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS** com amparo no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, de acórdão do Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa que deu provimento ao apelo defensivo para absolver o recorrido do delito de tráfico de drogas, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

O recorrente alega, em suma, violação dos artigos 33, *caput*, 50, *caput*, § 1º e 2º, 55, § 5º, e 56, todos da Lei n. 11.343/2006; e 3º do Código de Processo Penal. Para tanto, afirma que "consoante entendimento do Tribunal da Cidadania, o laudo definitivo poderá ser dispensado quando o laudo de constatação, necessário para o oferecimento da denúncia, trouxer grau de certeza assemelhado ao definitivo, tendo sido realizado por perito oficial e com procedimentos e conclusões próximas" (e-STJ, fl. 263).

Pleiteia, assim, o envio dos autos ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais "para prosseguimento do julgamento do recurso de apelação" (e-STJ, fl. 270). Subsidiariamente, requer seja declarada a nulidade da decisão condenatória para juntada do laudo toxicológico definitivo, abertura de vista às partes e prolação de nova sentença.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 277-282).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (e-STJ, fls. 299-308)

É o relatório.

Decido.

Segundo se infere, o recorrido Ronilson Batista Leite foi condenado como incurso nas sanções do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, porque trazia consigo 10 pedras de crack e 1 bucha de maconha (e-STJ, fl. 204). O laudo definitivo acostado às fls. 58-63 (e-STJ), concluiu que as análises realizadas no material apreendido detectaram a presença de 3,25 gramas de cocaína e 5,26 gramas de *cannabis sativa* (e-STJ, fls. 58-63).

Interposto recurso de apelação pela defesa, o recorrido foi absolvido nos seguintes termos:

"Após detida análise do feito, percebe-se que não foi juntado aos autos laudo toxicológico definitivo com validade jurídica cuja ausência torna sem sustentação a r. sentença condenatória em relação ao delito de tráfico de drogas, quando alude à materialidade, devendo, nesse caso, ser o réu absolvido.

Verifico que o laudo toxicológico definitivo juntado às fls. 39/41v não possui validade jurídica, uma vez que não há assinatura do perito responsável pela elaboração do exame cuja ausência torna sem sustentação a r. sentença condenatória, quando alude à materialidade, devendo, nesse caso, ser o réu absolvido.

A lei determina que o laudo toxicológico definitivo é peça

imprescindível para que seja apurada a materialidade do delito, não podendo a sentença apoiar-se apenas no laudo de constatação para condenar o acusado.

Observa-se que tanto o art. 22, §1º, quanto o art. 25 da antiga Lei de Tóxicos (6.368/76) faziam segura a necessidade de se produzir laudo de exame toxicológico do material incriminador. O primeiro dispositivo condicionava o oferecimento da denúncia, e até a prisão em flagrante, a verificação preliminar da natureza da droga. Determinava a outra norma que o laudo definitivo deveria ser anexado ao processo até a audiência da instrução e julgamento, tendo sido aceito que o laudo fosse juntado até as alegações finais.

O exame, portanto, é assumido pela lei como elemento indispensável para apurar a identidade do material, com vistas a determinar a adequação do comportamento do acusado ao tipo legal correspondente.

Há que se salientar, que também na nova Lei de Tóxicos (Lei nº 11.343/06), o laudo toxicológico definitivo continua sendo imprescindível para subsidiar um decreto condenatório, de modo que o laudo de constatação é suficiente apenas para efeito da lavratura do APF (art. 50, §1º da Lei nº 11.343/06).

Cumprir destacar que a exigência é também aplicável aos delitos de uso de entorpecentes (art. 28 da Lei nº 11.343/06), apesar destes serem considerados de pequeno potencial lesivo, e da competência dos Juizados Especiais Criminais. Portanto, mesmo após encaminhado o "termo circunstanciado", a autoridade poderá realizar novas diligências sendo obrigatória a realização do laudo toxicológico definitivo sem o qual o juiz não poderá realizar a audiência para transação, nos termos previsto na Lei nº 9.099/95.

[...]

Destarte, entende-se que o laudo toxicológico, apto a comprovar a materialidade, não pode ser suprido por nenhum outro meio de prova, inclusive pela confissão do acusado, sendo, portanto, imprescindível.

Dessa forma, entendo que a absolvição é a medida que se impõe, evitando-se, assim, ofensa ao contraditório e à ampla defesa.

Para corroborar tal entendimento, necessária a transcrição da jurisprudência de nossa 4ª Câmara Criminal:

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL - APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE DELITIVA LAUDO TOXICOLÓGICO DEFINITIVO APÓCRIFO - INVALIDADE - ABSOLVIÇÃO DECRETADA - RECURSO PROVIDO.

- Nas infrações de tráfico de drogas, é imprescindível a juntada aos autos do laudo toxicológico definitivo, assinado por ao menos um perito oficial ou com conhecimento técnico, para que se comprove a materialidade do delito, sendo o laudo de constatação preliminar suficiente tão-somente para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito e para o oferecimento da denúncia.

- Estando apócrifo o Laudo Toxicológico Definitivo, imprestável se torna para a comprovação da materialidade do delito de tráfico de entorpecentes, devendo ser o recorrente absolvido, nos termos do artigo 386, inciso II, do CPP.

- Recurso provido. (TJMG - Apelação Criminal nº

10461120074509001 MG, Relator Des: Corrêa Camargo, Data de Julgamento: 07/10/2014, 4a CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 14/10/2014). Grifo nosso.

[...]

Dito isso, no caso dos autos, o Laudo Definitivo anexado não foi assinado pelo perito, sendo imprestável à comprovação da materialidade do delito. É verdade que do laudo em questão consta um carimbo com os dizeres: "conforme o original extraído do Sistema PCnet", porém, sem qualquer preenchimento nos campos da data, MASP ou RG e, ainda sem assinatura do (a) perito (a) que em tese o confeccionou.

Assim, é sabido que o Laudo Toxicológico Definitivo exige a assinatura de um perito oficial, ou, na falta deste, por pessoa idônea, motivo pelo qual deve ser considerado para efeitos de comprovação da materialidade do delito.

Ora, a verdade é que o documento de fls. 39/41v poderia ser confeccionado por qualquer pessoa com certo conhecimento na área de informática, de modo que a ausência de assinatura do perito responsável pela análise da droga o torna totalmente inválido.

Diante disso, constando dos presentes autos apenas o laudo de constatação da droga apreendida, tenho que a materialidade delitiva não restou seguramente comprovada, de modo que devem ser o apelante absolvido por ausência de sua imprescindível comprovação." (e-STJ, fls. 204-207).

A jurisprudência desta Corte é reiterada de que a simples falta de assinatura do perito criminal no laudo definitivo constitui mera irregularidade e não tem o condão de anular o exame toxicológico, sobretudo, na espécie, em que o perito oficial está devidamente identificado com seu nome e houve o resultado positivo para a substância ilícita analisada, conforme anteriormente certificada em laudo preliminar (e-STJ, fls. 58-63).

Confira, a seguir, os julgados que respaldam esse entendimento:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. LAUDO DEFINITIVO APÓCRIFO. DOCUMENTO IDENTIFICADO PELO PERITO CRIMINAL. MERA IRREGULARIDADE. MENORIDADE PARA FINS PENAIIS. QUALIFICAÇÃO PERANTE AUTORIDADE POLICIAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é reiterada de que a simples falta de assinatura do perito criminal no laudo definitivo constitui mera irregularidade e não tem o condão de anular o exame toxicológico, sobretudo, na espécie, em que o perito oficial está devidamente identificado com seu nome e número de registro no documento e houve o resultado positivo para as substâncias ilícitas analisadas.

2. "A certidão de nascimento não é o único documento válido para fins de comprovação da menoridade, sendo apto a demonstrá-la o documento firmado por agente público atestando a idade do inimputável, como a declaração perante a autoridade policial" (AgInt no AREsp 852.726/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 09/06/2016).

3. Agravo não provido."

(AgRg no REsp 1629838/MG, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 18/08/2017).

"RECURSO ESPECIAL. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. TRÁFICO DE DROGAS. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 33, *CAPUT*, C/C O § 4º, E 50, *CAPUT*, E §§ 1º E 2º, DA LEI N. 11.343/2006; E 155, *CAPUT*, E 158 DO CPP. ABSOLVIÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM ANTE A INEXISTÊNCIA DE PROVA ACERCA DA MATERIALIDADE. LAUDO TOXICOLÓGICO DEFINITIVO APÓCRIFO. MERA IRREGULARIDADE. PRESENÇA DE OUTROS ELEMENTOS QUE CONFIRMAM SUA AUTENTICIDADE.

1. A falta de assinatura no laudo toxicológico não é suficiente à declaração da invalidade da perícia, tampouco compromete a demonstração da materialidade do ato infracional. Representam as formas processuais apenas instrumentos para a correta aplicação do direito. Nesses termos, a desobediência às formas estabelecidas pelo legislador somente conduzirá à declaração de nulidade do ato quando a finalidade buscada pela norma for comprometida pelo vício. Assim, desarrazoado declarar a nulidade assinalada na inicial, desqualificando os exames técnicos regularmente produzidos e as demais provas coletadas durante a instrução, porquanto efetivamente cumpridos os objetivos da lei (HC n. 278.930, Ministro Marco Aurélio Bellize, DJe 4/12/2013).

2. Recurso especial provido para restabelecer a sentença quanto ao crime de tráfico de drogas."

(REsp 1577293/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 30/06/2016).

Assim, restabeleço a sentença condenatória:

Fixada a pena-base no mínimo legal de 5 anos de reclusão mais o pagamento de 500 dias-multa.

Na segunda fase, diante da reincidência, ficou majorada a reprimenda em 6 meses e 20 dias multa.

Ante a ausência de causas modificativas na terceira fase, tornou-se a pena definitiva em 5 anos e 6 meses mais o pagamento de 520 dias-multa, em regime fechado.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XVIII, "c", do RISTJ, **dou provimento** ao recurso especial para restabelecer a sentença condenatória do agravado à pena de 5 anos e 6 meses mais o pagamento de 520 dias-multa, em regime fechado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator